

## Nem as bombas da polícia ofuscam a luta dos trabalhadores



**A**ssembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Dia 09 de novembro de 2016. Servidores estaduais da Segurança Pública ocupam a Casa legislativa em repúdio aos cortes orçamentários anunciados pelo governador Luiz Fernando Pezão, que atingem quase que na totalidade as parcelas mais pobres da população.

Quarta-feira, 10 de novembro de 2016. O cenário era o mesmo. Os motivos que levaram servidores de todo o estado a se manifestarem em frente às escadarias da Alerj também era a proteção dos direitos da classe trabalhadora.

O intento era dialogar com o presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB). No entanto, não havia servidores da Segurança. Não pelo lado dos trabalhadores. Não com o expressivo quantitativo do dia anterior. Desta vez, eram trabalhadores da Educação, Saúde, Saneamento e outras áreas fundamentais à garantia da dignidade e da plena cidadania. E a resposta do Governo também foi outra. O diálogo das negociações para a desocupação da Alerj pelos servidores da Segurança deu lugar às bombas.

A tentativa covarde de intimidação pouco efeito

surtiu. Bravamente, os trabalhadores não arredaram pé e continuaram mandando o seu recado àqueles que são eleitos para representar o Povo. O aviso de que não aceitarão serem responsabilizados pelas concessões arbitrárias de isenções fiscais e subsídios aos empresários, essas sim as verdadeiras responsáveis pela pelo esvaziamento do Tesouro público.

A suspensão da alíquota extraordinária de desconto previdenciário de 16% para ativos e servidores aposentados que recebem mais de R\$ 5.189,00 pela liminar concedida pelo desembargador Custodio de Barros Tostes, do Tribunal de Justiça do Rio é a primeira de muitas vitórias contra o pacote de cortes enviado por Pezão à Alerj. Mas os seus resultados já puderam ser percebidos com a devolução do projeto de alíquota extraordinária ao Governo anunciado pelo deputado Picciani nesta quarta-feira.

O caminho ainda longo! A luta será dura! Mas unidos e mobilizados os trabalhadores serão mais fortes!

# Servidores realizam ato em votação na Alerj

Servidores estaduais foram em peso à Assembleia Legislativa na terça-feira (01/11). O objetivo foi acompanhar a votação de dois projetos de lei de extrema importância para a atual crise financeira do governo.

O primeiro deles, o PL 2.150/16, reconhecia o estado de calamidade pública do Estado até o fim de 2017. Sob muitos vaias e manifestações contrárias dos trabalhadores que acompanhavam a sessão, o PL foi aprovado por 40 votos a 14 em discussão única.

Partidos de oposição votaram contra a medida, alegando que a solução para a crise está na revisão da gestão administrativa do governo. Pelo PSoL, o deputado Flávio Serafini disse que houve “queda de receita, mas o governo postergou o corte de cargos comissionados”. Em Novembro, “deu R\$ 800 milhões de incentivos para a cervejaria Petrópolis enquanto já atrasava os pagamentos. É impossível debater a crise sem debater esse histórico. Não se quer investigar OSs e empréstimos”, protestou o deputado Flávio Serafini, do PSoL, cuja bancada votou contra o projeto de lei, pois sua aprovação dava possibilidade de o Governo “descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal com aprovação do

estado de calamidade”. O deputado Marcelo Freixo (PSoL) acrescentou que somente este ano o governo concedeu 70 isenções fiscais. Disse ainda que emendas incluídas pelo Colégio de Líderes ao texto original trazem um mínimo de tranquilidade, ainda que pouco, aos servidores.

A bancada do PCdoB também votou contra o PL. Em nome do partido, a deputada Enfermeira Rejane afirmou que o governo afundou o estado. E que a entrega da gestão de serviços públicos a OSs serviu “para beneficiar empresário da área da saúde” e não para melhorar os serviços do setor. “Existem outros mecanismos para tirar o estado do fundo do poço em que o governo colocou”, concluiu.

Também contrário ao PL, o deputado Waldeck (PT) disse que o “projeto é um cheque em branco para um governo que afundou o Rio. Não confio nesse governo que descumpriu acordos com os trabalhadores”, afirmou. Entre os parlamentares que foram contrários ao reconhecimento do estado de calamidade, existe a preocupação de quais medidas serão adotadas pelo governo após a aprovação do projeto.

O segundo PL também foi aprovado em discussão única. Era tido como fundamental para frear a principal causa

da crise financeira. O PL 1.431/16 impede a concessão de isenções fiscais por meio de decreto e também proíbe novos financiamentos, benefícios e incentivos fiscais por dois anos. O deputado estadual Julianelli (Rede) argumentou que “o Tribunal de Contas do Estado não tem controle das isenções. Não há como sair da crise sem discutir com as empresas uma possível abertura de parte dessas isenções”.

Estiveram presentes os coordenadores gerais do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho), Antônio Virgínio e Regina de Souza; os coordenadores de Formação e Comunicação Sindical, Carlos Alberto Silveira e Loana Saldanha; a coordenadora de Saúde e Segurança do Trabalhador, Simone Damasceno; e a coordenadora de Assuntos Jurídicos, Neuza Conceição.

Ao final da votação o deputado Flávio Serafini (PSoL) veio ao encontro dos trabalhadores, nas escadarias da Alerj, explicar o que acabara de ser aprovado. Ele afirmou que os trabalhadores devem ficar ainda mais atentos às medidas que o governo pode enviar para a Assembleia a partir da próxima sexta-feira, com base no reconhecimento do estado de calamidade pública.